

Gênero e sentimentos nas trajetórias profissionais e de vida de historiadoras brasileiras, 1939 - 1972

Carmem Silvia da Fonseca Kummer Liblik
Doutoranda em História -UFPR

Ao chegar à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1935, para freqüentar os cursos de Geografia e História, Alice Piffer Canabrava sentiu-se angustiada ante a grandeza dos mestres e da instituição, mas profundamente entusiasmada. Os mestres, o conteúdo dos cursos, a metodologia significavam verdadeiras transformações para Alice, ou melhor, foi uma *“mutação na minha formação, a refletir a vida cultural do país. Dimensão completamente nova distinguia os cursos de Geografia e História, a nos proporcionar uma visão do mundo também completamente nova”* (CANABRAVA, 2003). Em relação aos professores catedráticos de História, Maria Yedda Leite Linhares criticava, por exemplo, o posicionamento do professor de História do Brasil, Hélio Vianna, cuja concepção de História era muito *“estreita, factual e político-administrativa. Como catedrático de História do Brasil, não permitia incursão na sua área, o que impedia qualquer tentativa de dinamizar a formação do professor”* (LINHARES, 1992). Quanto à inscrição para o doutorado em História, Olga Pantaleão dizia que as mulheres tinham as mesmas facilidades que os homens; mas talvez em certos casos tivessem mais dificuldades na defesa de tese, *“quando era possível alijar candidata indesejável”* (PANTALEÃO, 2004). Como último exemplo, ao passar por uma experiência acadêmica nos Estados Unidos, Emília Viotti da Costa comentou sua *“dificuldade de enfrentar a discriminação contra a mulher, que precisava ser melhor do que o homem para ser aceita como igual, e a discriminação contra latinos”* (COSTA, 2002).

De maneira geral, o que é comum entre essas historiadoras é o envolvimento com a história e a escrita histórica. Estamos falando exatamente do interesse, por parte delas, em elaborar narrativas sobre os acontecimentos do passado, reconstituindo vivências e eventos que lhes foram significativos.

Neste ponto, destacamos como parte fundamental da presente análise que o envolvimento das mulheres com a história precisa ser relacionado a uma questão epistemológica significativamente importante, qual seja, a do pressuposto de que na constituição do cânone historiográfico ocidental, o sujeito do conhecimento e o autor é quase sempre masculino. Quando imaginamos um grande historiador, instintivamente o imaginamos homem, tanto é que com certa frequência ouvimos nos cursos mais tradicionais de História a expressão “o pai da história” – tendo como representantes Heródoto e Tucídides – sendo raríssimo pensarmos na possibilidade eventual de que a ciência histórica tenha uma “mãe”.

E tem, é Clio, filha de Zeus, musa da história e da criatividade. Mas quem são os filhos ou as filhas de Clio? É nesse sentido que convém refletir como se processou a relação entre as mulheres historiadoras com o cânone historiográfico, bem como o conhecimento histórico que foi institucionalizado no Brasil a partir do século XX nas universidades públicas. Conforme uma leitura crítica dos debates historiográficos internacionais voltados a esse tema destacamos três linhas principais de análise sobre a vida, envolvimento e escrita das mulheres que narraram fatos históricos sobre o passado.

Os primeiros estudos preocupados com a revelação da vida, obras e trajetória profissional de mulheres historiadoras remontam inicialmente às pesquisas realizadas sobre a história das mulheres e de gênero da década de 1970. Historiadoras feministas preocupadas em tornar visível e legítima a história das mulheres no interior dos estudos históricos, exploraram um campo de análise relacionado às obras e vidas de mulheres escritoras que não foram incluídas no cânone literário ocidental. Nessa direção, as historiadoras – amadoras ou profissionais – também foram tratadas de maneira similar quanto à exclusão e pouca visibilidade na participação do conhecimento histórico. Por causa de seu sexo e dos tipos e formas de histórias que escreveram até o final do século XIX – consideradas triviais e superficiais, os grandes críticos e representantes da historiografia ignoraram a autoria feminina e seus relatos sobre o passado (SMITH, 2003).

Cabe observar um aspecto significativo nesta abordagem: tal como nos estudos literários, ao analisar as obras de autores, há também nestas pesquisas uma preocupação com a trajetória biográfica e as experiências das historiadoras em questão, procurando explicar em que medida as suas vidas

podem ter influenciado a composição de suas obras. A fim de manter este diálogo, apoiamo-nos no empreendimento de Leonor Arfuch, especialista em análise do discurso e crítica cultural, em particular as reflexões presentes no livro *El espacio biográfico: dilemas de la subjetividad contemporánea* (2002). A ideia principal da autora é investigar a complexa relação entre sujeito, linguagem, sociedade, discursos representativos do biográfico e as formas de narrativas que estes assumem na constituição de sujeitos, subjetividades, valores compartilhados, práticas de comportamento e vidas imaginárias. Tomando como referência o que ela denomina de “espaço biográfico”, Arfuch considera as múltiplas formas de relatos e “maneiras de contar a vida”, como as biografias, as autobiografias, os retratos, auto-retratos, a confissão, a apologia, a memória, a entrevista e os depoimentos, os quais só podem ser redimensionados dentro da categoria da narrativa.

A segunda perspectiva analítica tratada nesses estudos refere-se à vida das mulheres historiadoras que se inseriram no profissionalismo histórico decorrente das práticas e métodos científicos adotados pelos historiadores no século XIX. São aquelas que desejaram e conseguiram ingressar nas universidades, escolheram a formação em história e, conseqüentemente, ensejaram uma vida profissional dedicada à pesquisa e ao ensino universitário. Utilizando recursos metodológicos também baseados nas biografias, historiadores têm se dedicado a avaliar as condições de trabalho e às políticas de gênero inerentes aos institutos e universidades ligados às historiadoras de diversos países, como Estados Unidos, França, Canadá, Inglaterra, Rússia e Itália. Tinham elas as mesmas oportunidades que os homens historiadores? Como foi a relação com seus pares profissionais? De que forma elas construíram suas carreiras acadêmicas? Quais fatores concorreram para que seus trabalhos fossem aceitos?

A terceira e intrigante abordagem presente nas pesquisas destacadas pretende questionar um campo no qual aparece o modo como as questões de gênero tem afetado a consciência histórica e a própria escrita histórica. O ponto de partida se dá com a discussão sobre gênero conduzida por Joan Scott, sobretudo em *Gender and the Politics of History* (1988). Isto é, parte-se da ideia que o gênero é um elemento estruturante das organizações sociais, do pensamento, das subjetividades e dos modos de vida. Há também a contribuição significativa das relações de gênero como categoria de análise

histórica: isso significa dizer que todo fenômeno social tem uma dimensão de gênero. Não apenas isso, mas que as instituições sociais modernas também têm um caráter profundamente generificado e que o conceito de gênero pertence ao elenco de categorias centrais para a compreensão da vida social na modernidade, tendo o mesmo *status* teórico que os conceitos de classe e raça (Adelman, 2009).

Nessa direção, algumas historiadoras como Bonnie Smith e Mary Spongberg demonstraram convincentemente a presença fundamental da natureza de gênero na evolução da disciplina história a partir do século XIX. Nesse período, a história passou a ser ensinada e refletida no espelho da autoridade masculina do conhecimento, sendo o historiador considerado o arquétipo do especialista objetivo, racional e neutro. Esta tendência encorajada pela elevação dos ideais da história científica – a busca pelos grandes fatos associados à verdade – foi acentuada pela legitimação da importância de certos objetos de estudo da história, como política, diplomacia, guerra e economia, não obstante, assuntos relacionados ao poder. A masculinidade do conhecimento histórico, portanto, foi validada no conjunto desses estudos em contrapartida à crença de que essa ciência não tem gênero.

A partir destas reflexões, portanto, podemos assinalar que uma das questões que podem ser delimitadoras para o estudo da trajetória da profissionalização do(a) historiador(a) brasileiro e do processo da institucionalização da História nas universidades brasileiras seria compreender como se deu a participação e atuação de mulheres e professoras historiadoras neste campo intelectual marcado predominantemente pelo androcentrismo, bem como realizar o mapeamento da inserção e da constituição da trajetória profissional e de vida delas nas principais universidades públicas brasileiras, entre 1939 a 1972. Nessa direção, entende-se que os estudos e a produção acadêmica acerca da profissionalização da mulher historiadora que se insere no corpo docente das universidades brasileiras, tema relativamente ausente na historiografia brasileira, partem de dois eventos importantes relacionados ao desenvolvimento da História, quais sejam: a institucionalização da História científica, conhecimento este restrito às universidades brasileiras e, ao lado disso, a entrada expressiva das mulheres nas universidades a partir da

década de 1930 como alunas e, alguns anos depois, como professoras assistentes, adjuntas e depois como catedráticas.

Tendo em vista estas duas considerações e perspectivas históricas, cabe-nos situar primeiramente o ingresso das mulheres nas universidades. Em 1879 a Lei Saraiva permitiu pela primeira vez que as mulheres brasileiras tivessem acesso aos cursos superiores (BLAY, 1991). Contudo, no final do século XIX e início do XX poucas puderam ingressar nos cursos superiores existentes, posto que as Escolas Normais, onde elas faziam seus estudos de nível secundário, tinham o objetivo exclusivo de prepará-las somente para a docência no ensino primário. Paralelo a isso, a visão cultural, social e familiar de que a mulher poderia almejar para si a formação superior era mal interpretada e julgada como inútil e até mesmo como prejudicial para elas ou para a família. Assim, pode-se afirmar que apenas aquelas que receberam o apoio da família e que estudaram em escolas particulares – ou que tiveram professores particulares – estariam melhor preparadas para o exame de ingresso nas universidades (PEROSA, 2010).

Assim sendo, a possibilidade de acesso mais expressivo das mulheres nas universidades se deu efetivamente a partir da década de 1930. Foi um período importante, no qual foi instituído o Decreto Nº 19.851, de 11 de abril de 1931 – proposto pelo Ministro Francisco Campos – cujo objetivo elementar dizia respeito à reforma do ensino superior, constituindo assim um dos motivos a suscitar o surgimento das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) no país, uma vez que a anterior formação de profissionais em nível superior no Brasil estava limitada às áreas de Medicina, Direito e Engenharia. A partir desta data e nas décadas posteriores, ingressar na Universidade de São Paulo, na Universidade do Rio de Janeiro, na Universidade do Paraná, na Universidade do Rio Grande do Sul, dentre outras universidades públicas, portanto, significava inserir-se num espaço público, misto, fora do restrito controle moral imposto pela religião e pelas famílias, no qual as mulheres estariam expostas à influência de um ambiente intelectual laico e à convivência com jovens de origens sociais e culturais múltiplas (PEROSA, 2010).

Primeiramente, a aquisição dos diplomas superiores deu-se predominantemente nos cursos voltados para receber a clientela feminina, tais como Letras, Pedagogia, Psicologia, História, Serviço Social e Belas-

artes. Conforme o estabelecimento do Decreto Nº 19.851, tais cursos possuíam em comum o fato de formar professores qualificados para o ensino primário e secundário, e nos anos seguintes também fornecer profissionais para o ensino superior. Conforme a historiadora e pioneira Alice Canabrava:

Muitas mulheres que frequentaram a USP, quando de sua criação em 1934, puderam fazê-lo através do comissionamento. As mulheres foram as que mais entraram para a Faculdade por este mecanismo, pois elas constituíam a maioria das professoras primárias. Eram mulheres que trabalhavam, não tinham posse, de modo geral dependiam de seus salários. Para poder frequentar uma faculdade não podiam abrir mão do salário. Assim, foi por um ato governamental que estas professoras, mulheres na maioria, moradoras no interior do Estado de São Paulo, puderam vir estudar na capital (CANABRAVA, 2003).

Alice Canabrava, por sua vez, procedia de uma cidadezinha do interior paulista, Araras, onde lecionava no grupo escolar local, o único do município. Nenhuma perspectiva para alguém que desejasse prosseguir nos estudos, além do curso primário, ou exercer qualquer outra atividade paralela. Durante os quatro anos nos quais se dedicou ao magistério primário, ocupou-se se com alunos do primeiro ano, sentindo-se fascinada pelo trabalho de introduzir uma criança no mundo da linguagem escrita. Sem muitas perspectivas de crescimento pessoal e profissional, e intimamente sempre inconformada, Alice Canabrava folheava diariamente as páginas do Diário Oficial, em busca de uma oportunidade para se mudar para São Paulo e continuar a estudar.

Certamente o ambiente familiar propício e as condições socioculturais devem ser analisados, tendo em vista que uma trajetória profissional de nível universitário não era comum à maioria das mulheres, como demonstra o depoimento da historiadora Eulália Maria Lobo:

A história surgiu muito cedo, porque meu pai tinha muita preocupação de que eu não fosse para uma escola convencional. Ele achava que o ensino era muito rotineiro, baseado na memorização de informação, não despertando espírito criativo. Então, ele teve a preocupação de promover em casa um ensino diferente (LOBO, 2003).

É notável nos relatos de Eulália a admiração por seu pai e a influência que ele tivera em sua vida, principalmente em sua trajetória acadêmica e profissional. Antes de falecer, em 2011, ela escreveu uma comunicação ao XII encontro da ANPUH (2006) sobre a história de seu pai, baseada em cartas endereçadas à esposa, retratos e entrevistas, intitulada como *Imigração e História de Vida (trajetória de seu pai, o imigrante Antonio Dias Leite)*. Era

uma pessoa de personalidade muito forte, extremamente inteligente, espirituoso e um “*autodidata incrível*” (LOBO, 1992). Foi com o pai que Eulália teve os primeiros contatos com a História, pois Antonio Dias Leite costumava trazer para casa coleções como a “*História Universal, do Oncken, que era famosa na época, História de Portugal, História da colonização portuguesa*” (LOBO, 1992).

Quando terminou o quinto ano do ginásio, em 1941, aos 17 anos, Eulália ingressou no curso de História e Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil. Nesta fase de transição os candidatos foram liberados de realizar os dois anos de curso complementares após o ginásio e puderam fazer o exame direto para a universidade. A prova que realizou para ingressar na FNFi foi realizada pelos próprios professores da missão francesa e, já que eles não dominavam a língua portuguesa, os candidatos tiveram que responder às perguntas orais em francês. E por que Eulália escolheu o curso de História e Geografia? Quais foram suas motivações e interesses? Ela relata que decidiu por esse campo de ensino “*para entender a evolução do Brasil, compreender a formação da cultura brasileira e da América Latina em geral*” (LOBO, 1992). Diferente de algumas mulheres que pretendiam ser professoras após o término do curso, esta intenção não correspondia aos anseios dela, pois entrou “*para a faculdade com a ideia de que queria fazer pesquisa. Nunca pensei em ser professora, mas acabei sendo*” (LOBO, 1992).

A historiadora Maria Yedda Linhares, quando estava no último ano do ginásio, em 1938, participou do concurso “*Maratona Intelectual, em História, Matemática e Português*”, no qual os colégios de todo país podiam inscrever os alunos do ensino secundário. Contudo, as freiras do colégio não queriam inscrever Maria Yedda no concurso uma vez que ela poderia “*desmoralizar o colégio*” por presidir a comissão do baile de formatura e por gostar de dançar: “*(...) as freiras estavam com muita raiva de mim porque achavam que dançar era imoral*” (LINHARES, 1992). Mesmo assim, Maria Yedda foi sozinha ao ministério, explicou a situação que ocorria no colégio e solicitou sua inscrição. Tendo conseguido participar da maratona, ela realizou durante um mês provas escritas e debateu diversos assuntos com outros alunos – quem competiu com ela em Minas, por exemplo, foi Darcy Ribeiro. E o resultado?

Depois de um mês de provas, uma animação danada, cheguei em casa com mamãe, voltando de um concerto no Municipal, e lá estava um telegrama com a notícia: eu havia tirado o primeiro prêmio nacional na maratona de história. Tive dez em tudo (LINHARES, 1992).

Um dos prêmios conquistados nesta maratona foi o livro *A história Geral*, de Varnhagen. Foi exatamente nessa época, em meados da década de 30, que surgiu o interesse pela História. Na verdade, Maria Yedda não tinha ainda uma noção clara do que era propriamente a formação em conhecimento histórico. Em um primeiro momento, a necessidade de trabalhar, mesmo não sendo uma obrigação às mulheres de classe média, constituiu um dos principais motivos para o ingresso em um curso superior. O objetivo era se formar para depois se tornar professora em escola pública. Mas ela não queria fazer a Escola Normal e ingressar no magistério para ser professora do ensino primário ou secundário. *“Não podia fazer o Instituto de Educação, na Tijuca; era longe e eu nunca senti vocação para trabalhar com criança”* (LINHARES, 1992). Tampouco passou pela sua cabeça cursar Medicina, Engenharia ou Direito, as únicas opções existentes. Sua sorte foi a fundação da UDF pelo secretário da Educação, Anísio Teixeira, cujo projeto congregava cursos da área de Letras, Ciências Sociais, Ciências Físicas e Matemática. Em janeiro de 1939, aos 17 anos, Maria Yedda se matriculou no curso de História depois de ter passado no exame vestibular. *Era muito jovem diante dos colegas bem mais velhos e experientes no magistério, muitos formados nas faculdades tradicionais* (LINHARES, 2007).

Para Emília Viotti da Costa, o gosto pela História foi, em parte, produto do hábito de ler que adquiriu muito cedo. Sua mãe era uma leitora assídua. Tinha uma biblioteca muito vasta, onde predominavam romances. Através deles aprendeu a gostar da história narrativa. Seu pai, por sua vez, era leitor constante do Observador Econômico e Financeiro, o Digesto Econômico e outras publicações sobre economia. Foi ele quem a iniciou nesse campo e despertou seu interesse pela economia e pela política. Com ele, Emília foi a vários comícios.

Uma vez que o estudo e o mapeamento da atuação e atividades desenvolvidas pelas historiadoras brasileiras inserem-se no contexto particular da entrada das mulheres nas universidades, o segundo aspecto histórico importante refere-se ao próprio processo de institucionalização da História como ciência, no qual elas participaram desde o início no âmbito

universitário tendo em vista a criação dos cursos de História. Se até 1930, os estudos históricos ainda estavam fortemente identificados ao projeto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, e a seus congêneres estaduais (GOMES, 2009), o processo de institucionalização do ensino universitário de História nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras das universidades públicas iniciou-se num período de mudanças quanto aos procedimentos dos estudos históricos, justamente quando se renovavam metodologias de pesquisa, elaboração de perguntas e respostas e análises de fontes e objetos.

Ladeando essas transformações relacionadas aos debates dos historiadores a respeito de sua disciplina, do ofício e da escrita da história, começaram a se consolidar também as primeiras revistas acadêmicas de História. Não só isso, mas também se inauguravam os primeiros congressos e sociedades acadêmicas e, com isso, formavam-se novos espaços de sociabilidade para os debates entre historiadores e cientistas sociais brasileiros, nos quais as mulheres passaram a contribuir e atuar profissionalmente.

Sobre este momento de transição e das práticas que institucionalizaram a História, vale citar o depoimento de Emília Viotti da Costa, que ingressou no curso de Geografia e História em 1948 na USP: “...o curso era voltado para a formação geral do professor. A pesquisa em fontes primárias não recebia muito estímulo ou orientação. A maioria dos ensaios que escrevíamos eram somente historiográficos” (COSTA, 2002). Esta professora prossegue dizendo que “em matéria de pesquisa, recebi pouca orientação. Só fui realmente aprender a pesquisar depois de formada, quando uma bolsa de estudos do governo francês me permitiu estudar em Paris” (COSTA, 2002). Revela, por fim, que como aluna “fui mais influenciada pelos livros que li e por professores de outros departamentos do que pelos do Departamento de História. Os livros, as personalidades e a assistência de Antonio Candido e Florestan Fernandes foram muito importantes para a minha formação” (COSTA, 2002).

Observando retrospectivamente esse movimento de transição, verifica-se que naquele período não houve margem para uma “iniciação” à pesquisa histórica propriamente dita, mas sim para o interesse pelas primeiras tentativas de profissionalizar a História, ou seja, por meio de seminários e

trabalhos práticos e teóricos, de se formar, senão um ofício de historiador a partir de um curso de graduação, pelo menos a iniciativa de se produzir os primeiros profissionais na área. Essa iniciativa, evidentemente, não abarcava a vida acadêmica de todos os alunos, mas apenas aqueles que conseguiam provar aos mestres a sua disposição e vocação para o culto à pesquisa erudita, sendo naquele contexto social específico, privilegiada a vocação dos homens.

Era comum as alunas fazerem comparações entre os professores franceses e brasileiros. Na opinião de Alice Canabrava, a metodologia dos mestres franceses, sua personalidade, seu interesse pelo país, as relações de cordialidade afetiva e compreensão, e mesmo de estima pessoal que mantinham com os estudantes, os distinguiam dos demais professores.

Aulas maravilhosas de História [as do professor Braudel], cheias de vida, ricas de substância, nenhuma palavra inútil. A exposição oral acompanhava o esquema que ia sendo apresentado no quadro negro; (...) Aprendíamos, e o professor insistia muitas vezes, que uma boa exposição oral, aula ou conferência, devia desenvolver apenas três pontos fundamentais, complementares entre si excepcionalmente quatro, nunca uma pluralidade de idéias, por mais brilhantes que fossem. (...). A leitura destes pelo Mestre, constituía-se em inesquecível mostra de sua faceta de ator: a dicção perfeita, as variações da voz, a expressão da fisionomia. Ao se despedir, ao término de cada aula, com o indefectível *“la suite à la prochaine fois”*, desolávamos a interrupção. Vivíamos em permanente estado de encantamento, todos os estudantes, sem distinção, a justificar o designativo que, muito depressa se firmou com respeito ao professor de História: *“le prince charmant”*.

A partir destes dois contextos históricos específicos, isto é, a entrada das mulheres nas universidades, particularmente nos cursos de História, e o processo de institucionalização da pesquisa histórica, a qual contou com reformulações da prática e procedimentos do historiador, é possível realizar o mapeamento e analisar a vida, a prática docente e de pesquisadoras, as práticas profissionais, as relações entre pares e a contribuição das mulheres historiadoras na historiografia brasileira e no desenvolvimento dos departamentos dos cursos de História.

Ao elegermos a trajetória intelectual e biográfica das referidas professoras como objeto de análise, as questões condizentes às relações de gênero acabam sendo vistas como elemento de análise de grande importância para o estudo. Tais relações estão presentes no interior das disciplinas ou cátedras assumidas por elas no curso de História, nas relações

com seus pares profissionais, na inserção delas na historiografia brasileira, nas pesquisas realizadas em universidades estrangeiras e na presença em outros âmbitos políticos e sociais. O reconhecimento de que a trajetória intelectual e de vida de cada professora foi circunscrita uma em relação às outras e todas em relação aos homens – ou seja, dos seus pares profissionais – sugere uma análise em que o gênero pode ser um componente mediador das diferenças entre as carreiras construídas por homens e mulheres.

A noção de gênero pretende se aliar também às reflexões sobre as diferenças masculinas e femininas no âmbito das origens socioculturais, origem familiar, escolhas relacionadas aos temas e procedimentos de pesquisa histórica e modos de inserção no sistema de cátedras, disciplinas assumidas, cargos de chefia, coordenação de conselhos editoriais e nas associações de professores. Nessa direção, supomos que no interior destas inserções que constituíram a trajetória intelectual e biográfica das historiadoras, as relações e representações de gênero nos permitem entender parte das assimetrias e dificuldades presentes em suas carreiras. Deste modo, é necessário investigar as situações diversas pelas quais passaram as referidas historiadoras para conseguirem se impor, divulgar seus trabalhos, valorizar-se mediante um local de trabalho marcadamente androcêntrico, consolidar e legitimar suas carreiras, fato que incide, portanto, no reconhecimento da existência de disputas simbólicas pela obtenção de projeção, liderança, prestígio e poder na instituição universitária.

Referências bibliográficas

ADELMAN, Miriam (2009), *A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea*. São Paulo: Blucher.

ARFUCH, Leonor. *El espacio biográfico: dilemas de la subjectividad contemporânea*. Buenos Aires: Fondo de Cultura económica de Argentina, 2002.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O Caminho Percorrido*. Associação Brasileira de Pesquisadores de História Econômica. 2003.

BLAY, Eva; LANG, B. S. G. *Mulheres na USP: Horizontes que se abrem*. 1ª. ed. São Paulo: Humanitas, 2004.

- BLAY, Eva & CONCEIÇÃO, Rosana R. da. A mulher como tema nas disciplinas da USP. In: *Cadernos de Pesquisa*, nº 76, fev. p. 50-56, 1991.
- COSTA, Emília Viotti da. Entrevista com Emília Viotti da Costa. In: MORAES, José Geraldo Vinci & REGO, José Márcio. *Conversas com Historiadores Brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- DAVIS, Natalie. "Gender and genre: women as historical writers, 1400-1820", *Beyond Their Sex: Learned Women of the European Past*. New York: New York University Press, 1980.
- GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- HONORATO, Cezar. Entrevista com Eulália Maria Lobo. In: *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, maio-agosto. 2003.
- LINHARES, Maria Yedda L. Entrevista com Maria Yedda Linhares. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 216.
- MORAES, José Geraldo Vinci & REGO, José Márcio. *Entrevista com Emília Viotti da Costa. Conversas com Historiadores Brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- LOBO, Eulália M. Entrevista com Eulália Maria Lobo. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 9, 1992.
- PANTALEÃO, Olga. Depoimento. In: BLAY, Eva; LANG, B. S. G. *Mulheres na USP: Horizontes que se abrem*. 1ª. ed. São Paulo: Humanitas, 2004.
- PEROSA, Graziela S. A passagem pelo sistema de ensino em três gerações: classe e gênero na segmentação do sistema de ensino. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 111, abr.-jun., 2010.
- PEROSA, Graziela S. Educação diferenciada e trajetórias profissionais femininas. In: *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 20, n. 1, 2005.
- ROCHA, Dora. *Entrevista com Maria Yedda Linhares*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992.
- RUSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- SCOTT, Joan. El problema da invisibilidade. In: ESCANDON, Carmem Ramos (org.) *Gênero e história: la historiografía sobre la mujer*. México: Instituto Mora, 1992.
- SCOTT, Joan. Gender and politics of history. In: *Cadernos Pagu*, no. 3, Campinas/SP, 1994.
- SMITH, Bonnie G. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru: EDUSC, 2003.

